

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

FERNANDA CORDEIRO MARQUES

**Implicações da branquitude para a Psicologia:** um estudo sobre as relações raciais e a Psicologia a partir de uma análise curricular

São Paulo

2021

FERNANDA CORDEIRO MARQUES

**Implicações da branquitude para a Psicologia:** um estudo sobre as relações raciais e a Psicologia a partir de uma análise curricular

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior

São Paulo

2021

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que compartilharam os caminhos trilhados até aqui, especialmente:

A meus avós, que na construção da nossa relação me permitiram um olhar cuidadoso e afetuoso mesmo diante de tantos desafios e fragilidades que o passar do tempo impôs. Mantenho as memórias sempre vivas e pulsantes em mim.

A meus pais, pela confiança, pelo amor e pelas possibilidades que me permitiram experienciar. Por terem me ensinado e por sempre me lembrarem da força. Por terem possibilitado a construção desse trabalho, a conclusão dessa etapa da minha vida e, principalmente, por terem apoiado e segurem apoiando os caminhos que escolhi trilhar.

A meus irmãos, Bia, João e Victor, com quem compartilho algumas das minhas mais belas lembranças e um dos melhores abraços. Vocês me lembram sobre presença e entrega, sobre a sorte que temos pelas tramas que nossa família teceu terem se encontrado e, mesmo diante da improbabilidade, sermos quatro. Estendo aqui meu agradecimento ao Ma, cunhado que virou mais um irmão e me acompanhou e aconselhou desde a escolha do curso, amo as nossas trocas.

Aos meus amigos de longa data e aos que encontrei no meio do percurso, por partes:

A Ju Lee, por tudo o que vivemos e tudo o que ainda vamos viver. Pela companhia e parceria nas nossas mais diferentes fases, pelo espaço para experimentarmos tudo o que tínhamos para ser e viver.

A Luci, Zona e ao Dudu, por partilharem comigo as minhas memórias da infância e pelas memórias que seguimos construindo. Tem sido um prazer acompanhar vocês diante de todas as nossas transformações. Agradeço também por terem, de alguma forma, me apresentado a Le, Nath, Gabi e Diogo, com quem divido muitas das minhas memórias mais especiais. Chega a ser difícil agradecer a vocês. Compartilhamos tanta coisa e temos tantas memórias comuns que não teria como não me alongar. Obrigada pela possibilidade de compartilhar a vida com cada jeito de ser. Luci por me lembrar da calma, Zona da certeza de defender o que acreditamos, Dudu dos movimentos de transformação, Le da leveza da

vida, Nath por me lembrar de estar e celebrar junto, Gabi pela parceria e Diogo por encontrar e registrar beleza em cada momento.

Ao Ga, sua companhia foi muito importante para a conclusão desse trabalho, mas foi muito mais que isso. Quem diria que o online produziria um dos encontros mais felizes da minha graduação? Agradeço pelas nossas trocas e pela melhor dupla de estágio ter se tornado esse amigo que você sabe que é para mim. Essas linhas não comportam tudo o que ainda vamos construir e viver juntos!

A Mafe, Lau, Wes e Re por terem preenchido de sentido essa graduação. Lau pelo seu jeito sempre engraçado de levar a vida, Mafe pela amizade tão sincera que construímos, Wes pela parceria e, em especial, a Re, pela construção diária de sentidos, na psicologia e na vida, pelas trocas e por esse jeito de ser complementar ao meu que tanto nos equilibra.

A Ju, também conhecida como xuliene ou xuli. Amo tudo o que temos construído para além do espaço em que nos conhecemos. Você é amiga para a vida e, como você mesma diz, é Sorte com s maiúsculo!

A Quel, por compartilhar comigo essa alegria de viver a vida, pelo carinho e por todas as risadas fáceis, por todos os palcos que ainda vamos subir.

A Ma, minha companheira e amor que acompanhou todo o meu percurso na graduação e para além dela. Obrigada por compartilhar o amor, as alegrias, as angústias e os medos. Pelas palavras de apoio e força. Por me lembrar do que eu quero e sou capaz e sempre fazer isso com muito carinho. Que a conclusão desse trabalho seja só mais uma etapa dos caminhos que ainda trilharemos juntas.

A Psicolata Bateria, por ter me permitido experienciar a potência do fazer coletivo. Guardo com carinho as lembranças de toda vez que o samba subia.

Ao PET Psicologia, Subjetividade e Direitos Humanos, por me trazer outra perspectiva da produção de conhecimento que se dá pela construção conjunta e autônoma. Um agradecimento especial para a Valq, Leo e lara, pelas trocas e construção de caminhos.

A professora Maria da Graça Marchina Gonçalves, por ter me apresentado a Psicologia Sócio-Histórica, por ter me apresentado um lugar possível e que eu acredito na Psicologia. Por, desde a primeira aula, ter transformado os rumos da minha graduação.

A professora Beatriz Brambilla, pelas eletivas ministradas que me despertaram inesgotáveis reflexões sobre a Psicologia e as relações raciais.

Por último, mas não menos importante, ao meu orientador, Plínio de Almeida Maciel Junior, por ter me ajudado sempre com muita calma em toda a construção desse trabalho e pelas trocas nos minutos finais das orientações que sempre me lembraram das perspectivas futuras para além das páginas aqui escritas.

## RESUMO

A história brasileira é marcada pela exploração e violação dos povos originários e negros. A importação das teorias raciais elaboradas a partir do século XIX justificaram e legitimaram relações de dominação a partir da raça e, com base na ideia de raça biológica, produziu-se a crença da superioridade do branco sobre o não branco. A eugenia e o racismo científico constituíram a Psicologia enquanto ciência e, até hoje, ao pactuar com a manutenção da universalidade do conhecimento europeu, que propõe um sujeito universal e, ao não questionar o papel do branco nas desigualdades raciais e no próprio processo de produção de conhecimento em Psicologia, os estudos reforçam a ideia, historicamente construída, do branco como norma. O presente estudo fundamenta-se na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Parte-se do pressuposto de que é necessário buscar a gênese histórica das relações raciais a fim de superar a visão naturalizante das mediações que constituem o fenômeno em questão e apreender o caráter processual dos fenômenos e da sua possibilidade de transformação social. Tendo em vista que a categoria de psicólogas/os é composta, majoritariamente, por mulheres brancas, pretendeu-se no presente estudo compreender a formação em Psicologia e sua interface com as relações raciais a partir de uma análise documental. Para isso teve como fonte de dados as grades curriculares e ementas disponibilizadas virtualmente pelas seis universidades do Estado de São Paulo escolhidas, sendo três públicas e três privadas. Constata-se o currículo enquanto campo de disputa e tensionamento, bem como uma lacuna na formação acadêmica no que tange às relações raciais, algo que repercute na prática profissional de psicólogas/os.

**palavras-chave:** psicologia; relações raciais; branquitude.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Relações raciais no Brasil .....	9
1.2. Psicologia e as Relações Raciais.....	14
1.3. Relações raciais e a formação da(o) Psicóloga(o) .....	17
2. MÉTODO.....	30
2.1 Pressuposto teórico-metodológico .....	30
2.2. Coleta de dados .....	33
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	37
3.1 Palavras-chave indiretas .....	37
3.2 Palavras-chave diretas.....	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS.....	48

## 1. INTRODUÇÃO

O território que denominamos hoje em dia de América Latina constituiu-se a partir do século XVI, período do advento da modernidade colonial-capitalista. Para os autores que partem da perspectiva da Colonialidade e da descolonização latino-americana, a colonização caracteriza a gênese do capitalismo. Assim, a modernidade, bem como o modo de produção capitalista e o colonialismo estão imbricados desde o princípio. Um dos eixos estruturadores da relação de poder estabelecida, baseada na lógica de dominação e exploração, é a classificação social hierárquica a partir da noção de raça, que tem como ideal a ser alcançado o padrão eurocêntrico e justifica as diferenças fenotípicas através de uma suposta - e construída - superioridade. De acordo com Simões (2016, p. 401)

Há também uma evidente produção de valores simbólicos e intersubjetivos que operam de modo muito sofisticado, justificando essa classificação hierárquica, a violência e a exploração do processo colonial contra essas populações. Nesse sentido, é criada a noção de branquitude para ocupar o topo dessa hierarquia e servir de referência para todos os seres humanos implicados nessa cadeia hierárquica.

Assim, parte-se da compreensão de que não há inseparabilidade na relação entre a racialização e a exploração capitalista e, nesse sentido, constroem-se mutuamente aspectos objetivos e subjetivos.

Além dos eixos hierárquicos estruturadores mencionados, a colonização estabelece uma cisão entre os pensamentos do colonizador e do colonizado. Ao passo em que a epistemologia eurocêntrica se estrutura e impõe-se universalmente, os conhecimentos e modos de ser que não correspondem à sociedade ocidental capitalista são marcados pela invisibilização, apropriação, ocultamento e exterminação. De acordo com Simões (2016, p. 404),

Desse modo, imagens representações e conhecimento próprios aos povos submetidos à colonialidade do poder são subsumidos, invisibilizados e exterminados segundo a estrutura de exploração que ancora todo o sistema de relações sociais no capitalismo mundial.

Exclui-se, além de julgar inferior, a pluralidade de saberes originários da variedade de povos negros e índios. Tais relações de exploração racializadas ainda são vigentes. Foram historicamente construídas para justificar e legitimar a exploração capitalista e,

atualmente, ao se reconfigurarem na modernidade a partir da valorização de modos de ser, crenças e valores de determinados grupos em detrimento de outros, além da desigualdade social sustentada pela ideologia da supremacia racial branca, são naturalizadas. A recuperação da memória histórica permite a construção de um novo sentido histórico e revela-se como uma possibilidade de superação das ideologias veladas que operam na manutenção da desigualdade racial que, por sua vez, expressa-se de diferentes maneiras.

O processo de desvalorização, negação e ocultamento de outros saberes, narrativas, contribuições e produções é denominado epistemicídio. Carneiro (2005) em sua tese de doutorado *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*, dialoga sobre o conceito em questão com Boaventura Sousa Santos (1997) que, por sua vez, considera o epistemicídio enquanto um dos instrumentos mais duradouros da dominação étnico/racial ao negar a legitimidade das formas de conhecimento e de sua produção pelos grupos dominados e, nesse sentido, nega também seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. A filósofa e escritora propõe a definição de epistemicídio para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, descreve um processo de produção da inferioridade intelectual e negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais. Assim, no que diz respeito a tais processos, denominados epistemicídio, a autora discorre:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

O apagamento e silenciamento constante de referências não brancas e da temática das relações raciais dos currículos explicitam a influência das teorias raciais e do racismo nas epistemologias de todos os campos de conhecimento, inclusive da Psicologia. A estrutura curricular dos cursos de formação de psicólogas(os), ao ocultar, silenciar e apagar

outros referenciais que não representam o pensamento hegemônico ocidental dos currículos reproduz a lógica do colonialismo. Nesse sentido, o currículo configura-se enquanto resultado de processos históricos que transmitem visões de mundo e interesses e, portanto, é também, um espaço de disputa e possíveis tensionamentos. As contribuições de Passos (2019) sobre as discussões curriculares à luz da teoria decolonial nos convoca a reflexão sobre a construção de um currículo com outros sentidos e saberes,

Diante das universidades ocidentalizadas, as quais incorporaram as estruturas epistêmicas racistas/sexistas, intervenções no campo do saber, como este artigo reverbera, reivindicam a existência de currículos que sejam construídos em uma ótica plural, se colocando contra a inferiorização dos saberes oriundos de Outros grupos invisibilizados frente ao cânone moderno/colonial. (PASSOS, 2019, p. 200)

Ao passo em que a graduação de Psicologia é afirmada enquanto um espaço privilegiado e estratégico para a sensibilização de estudantes para a temática das relações raciais, constata-se lacunas no que tange à formação em Psicologia, bem como efeitos e desdobramentos na prática profissional (DAMASCENO, 2018). Na medida em que as(os) profissionais irão se deparar com as questões referentes às relações raciais independentemente do contexto em que estejam inseridas(os), a presença do debate em questão na formação da(o) psicóloga(o) torna-se fundamental diante dos impactos do racismo na saúde mental, bem como estratégica no próprio enfrentamento ao racismo e no compromisso da Psicologia (CASTELAR; SANTOS, 2012). Assim, considerando o currículo enquanto um campo de disputa, bem como o ocultamento de referenciais não brancos do tema das relações raciais das grades curriculares dos cursos de Psicologia no Brasil, e a presença majoritária de mulheres brancas guiadas por referenciais do Norte Global na Psicologia (LHULLIER, 2013), o presente estudo buscou ampliar a compreensão e tensionar a dimensão da formação do campo da Psicologia e as relações raciais.

### 1.1. Relações raciais no Brasil

A iminência da abolição fez com que a elite nacional buscasse outros mecanismos de controle que operassem no sentido da hierarquização racial. A Lei Áurea, sancionada no dia 13 de maio de 1888, embora tenha extinguido a escravidão, não concedeu a emancipação dos povos explorados. A extinção do regime colonial não desenvolveu nenhum tipo de ação afirmativa que garantisse a integração dos negros na nova ordem

social. Pelo contrário, justificado a partir da importação e adaptação das teorias europeias sobre raça, o período abolicionista foi marcado pelo projeto de embranquecimento do povo através da miscigenação e do favorecimento da imigração de europeus.

As teorias raciais produzidas durante o século XIX compreendiam a origem do ser humano de diferentes maneiras. Todavia, expressavam um aspecto em comum, a emergência da ideia de raça. Enquanto o monogenismo considerava a visão unitária da humanidade, o poligenismo considerava que a espécie humana estava dividida em subespécies diferentes e, por isso, entendia a miscigenação enquanto sinônimo de degeneração. A publicação da obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin, impactou ambas as visões, uma vez que as proposições do autor passaram a ser usadas para a compreensão do comportamento das sociedades humanas. Segundo Schwarcz (1993, p. 72),

A novidade estava, desta forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural.

Assim, no contexto do evolucionismo e darwinismo social, as teorias sobre raça, construídas e pautadas no racismo científico, defendiam a tese de que os seres humanos seriam hierarquicamente desiguais, mas a partir de diferentes pressupostos. Na medida em que o monogenismo acreditava em uma unidade humana, em que se encontrava a diversidade e a possibilidade de modificação, o poligenismo baseava-se na crença marcada pela diferença da humanidade, de modo que as espécies estariam para sempre determinadas pela diferença e, nesse sentido, pela superioridade ou inferioridade (SCHWARCZ, 1993).

A formação das teorias raciais no Brasil se fundamentou na importação dessas visões antagônicas que, na realidade brasileira, se rearranjaram de tal modo que, ainda que estivessem baseadas na noção da diferença, isto é, na classificação e hierarquização, passaram a compreender a mestiçagem de uma maneira menos pessimista. Intelectuais defenderam e contribuíram para a importação dessas teorias racialistas no Brasil. Silvio Romero (1815-1914), por exemplo, era um grande defensor da visão monogenista. Supunha que a miscigenação, através da seleção natural, seria uma saída para a construção de uma nação branca e, portanto, mais civilizada. Em contrapartida, Raimundo

Nina Rodrigues (1862-1906), influenciado pelo pensamento do autor europeu Arthur Gobineau que, por sua vez, condenava o cruzamento inter-racial em função da perda da pureza do sangue da raça branca (CARONE, 2014), considerava a miscigenação uma forma de degeneração (CFP, 2017). A consolidação desse pensamento culminou na criação da Escola Nina Rodrigues, cuja produção voltou-se para os estudos e para a formulação de teses que vinculavam a população negra à inferioridade, às patologias psiquiátricas e às tipologias criminais (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

Após o fim do sistema escravista, a ideia de mestiçagem passou a repercutir no pensamento da elite brasileira. Na busca pela construção de uma nação e, baseados nas teorias racistas construídas, os intelectuais passaram a preocupar-se com a herança inferior do negro no processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 2019). A partir dos referenciais teóricos ocidentais, a miscigenação passou a ser um projeto que levaria o Brasil, a partir dos cruzamentos das raças, a ser uma nação branca. Segundo Munanga (2019, p. 55)

O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo.

O projeto pró-branqueamento, defendido principalmente pelos positivistas brasileiros, intencionava, a partir do cruzamento de raças, o desaparecimento do negro ao longo das gerações, bem como a transformação do Brasil em um país branco. De acordo com Carone (2014, p. 15),

Embora fossem progressistas na condenação da escravidão tanto na Europa como nas Américas, eles defendiam *as concepções racialistas*, segundo as quais as raças não só eram definidas pelas características físicas comuns, mas também pelas diferenças mentais transmitidas por hereditariedade. Do ponto de vista político, supunham que as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior.

A política governamental de branqueamento, além de, intencionalmente, não garantir políticas que integrassem a população negra ao processo de industrialização, de modo que ela pudesse usufruir da universalização do trabalho livre, também implementou a política de

imigração europeia, que incentivava a vinda da mão de obra branca assalariada. Nesse sentido, foi instituída a

[...] política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos [dentre os quais há uma pluralidade de povos] (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos. (BENTO, 2014, p. 32)

Depreende-se que o período posterior à abolição manteve mecanismos que atuaram — e ainda atuam — na perpetuação da desigualdade. A ideologia do branqueamento visava, através da miscigenação, a criação de uma nova raça brasileira, necessariamente branca em relação aos aspectos físicos e observáveis, isto é, fenotipicamente similar, ainda que genotipicamente mestiça (MUNANGA, 2014). Pretendia-se criar uma identidade nacional branca para o país, ainda que a realidade correspondesse a um grande contingente populacional negro. Assim, o processo de branqueamento, justificado pela eugenia enquanto ciência, legitimou a supremacia econômica, política e social das elites brancas, de modo que se perpetuou a noção do branco enquanto sujeito universal. Além dos aspectos econômicos herdados, os aspectos simbólicos da branquitude foram, no imaginário social, associados a uma ideia de superioridade, seja moral, intelectual ou estética, ao passo que os negros foram associados à ideia de inferioridade. Portanto, a partir dos privilégios simbólicos e concretos apropriados historicamente, produziu-se subjetivamente a crença da superioridade do branco sobre o não branco.

É importante ressaltar que o estudo aqui proposto compreende raça como um conceito sociológico carregado de ideologias que favorecem a dominação e a desigualdade. Por ser um conceito, é mutável e histórico. Assim, historicamente já assumiu diferentes critérios para diferenciação e hierarquização, de modo que operou e opera simbolicamente na classificação da humanidade em raças hierarquizadas. Essas teorias fundamentaram o racismo estrutural e estruturante da Modernidade. Constituíram, inclusive, a sociedade brasileira, através da hierarquização e subalternização racial. Segundo Munanga (2004, p. 7),

Com efeito, com base nas relações entre ‘raça’ e ‘racismo’, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam

numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p. 7)

A construção de teorias, classificação e hierarquização das raças serviu de base para a Psicologia que, enquanto ciência, consolidou, no início da sua história, o racismo científico nas teorias psicológicas. Os saberes psicológicos surgem antes da regulamentação da profissão no Brasil e foram produzidos principalmente através da medicina e da educação, tendo absorvido do interior desses campos as teorias eugenistas. Assim, a história da Psicologia nos mostra que a sua produção já foi e de certo modo ainda é usada como forma de controle social. O fim século do XIX e início do século XX é marcado pelo surgimento do modelo médico-psicológico que, não à toa, coincide com a consolidação da escola Nina Rodrigues, uma vez que esse período se caracteriza pela compreensão da ideia de raça como determinada biologicamente. Segundo Schumann e Martins (2017, p. 176),

As pesquisas e ações institucionais realizadas por esses atores foram de grande importância para a formação de um saber e de uma prática médico-psicológica sobre a questão racial no Brasil nas primeiras décadas republicanas. O 'negro' seria 'capturado' nessa rede de significações como elemento portador de certas características patologizáveis e, portanto, possível de ser 'objeto da ciência'.

Ainda no que diz respeito ao histórico do pensamento psicológico brasileiro e às relações raciais, a obra de Gilberto Freyre (1900-1987) foi um marco que impactou os debates construídos até então. Figura expoente do pensamento que compreendia a miscigenação como um processo positivo, Freyre cunhou o termo 'democracia racial' que, influencia até hoje a sociedade brasileira, pois pressupõe a conciliação entre as raças e cria a falsa ilusão de uma harmonia entre as relações raciais brasileiras. O mito da democracia racial opera ao ocultar e encobrir o conflito racial e a exclusão histórica dos negros, de modo que legitima a discriminação racial. Segundo Munanga (2019, p. 83),

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda

na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

O Brasil, por não ter experienciado um processo de segregação racial como os Estados Unidos e África do Sul, era tido como ‘paraíso racial’ e, por esse motivo, a década de 1950 foi marcada por estudos coordenados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que buscavam compreender quais fatores estavam envolvidos no êxito das relações raciais. No entanto, os estudos apontaram não só a presença do racismo, mas também as particularidades da experiência racializada na realidade brasileira. Segundo Schumann e Martins (2017, p. 177), o projeto UNESCO determinou outra forma de compreender as relações raciais “...já não mais tratar-se-ia de ‘democracia racial’, mas sim de ‘racismo à brasileira’ (Telles, 2003<sup>1</sup>) ou o ‘mito da democracia racial’ (Guimarães, 2002<sup>2</sup>)”. Outro trabalho marcado e orientado pela mudança na maneira de compreender as relações raciais é o de Hasenbalg<sup>3</sup> (1942-2014). Na tradição dos estudos raciais brasileiros, o autor inaugura a noção de racismo para além da função de estruturas e privilégios de classe, e aborda a articulação entre a exploração de classe e a opressão racial. A partir do seu estudo, outros teóricos passaram a compreender raça como um constructo social, inclusive no campo da Psicologia, no qual pesquisadores se voltam, num primeiro momento, para os efeitos psicossociais do racismo, considerando as relações de poder estabelecidas (SCHUMANN; MARTINS, 2017).

## 1.2. Psicologia e as Relações Raciais

O período de 1990 em diante é marcado pelo início dos estudos da psicologia social brasileira sobre branqueamento e branquitude com os trabalhos de Jurandir Freire Costa, Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Piza. Tais estudos deslocaram o olhar do negro – ‘outro’ – para o branco, tido historicamente como a norma. Dessa forma, o foco deslocou-se da negritude para a branquitude e para as contradições presentes na relação entre ambos os grupos. Em 2002, foi publicado o livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (CARONE; BENTO, 2014). Um dos capítulos,

---

<sup>1</sup> Telles, E. E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2003.

<sup>2</sup> Guimarães, A. S. *Classes, raça e democracia*. São Paulo, SP: Ed. 34, 2002.

<sup>3</sup> Hasenbalg, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

escrito por Maria Aparecida Silva Bento, introduz o conceito de branquitude, o qual diz respeito aos privilégios simbólicos e materiais do branco nas relações raciais brasileiras. Segundo Bento (2014, p. 30),

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como um grupo de referência humana.

Os aspectos econômicos e simbólicos da herança da escravidão se reatualizam na contemporaneidade e se expressam de diferentes maneiras a partir do olhar sobre o branco como sujeito universal. Este olhar tem como referência histórica a perspectiva europeia que beneficia e mantém os privilégios concretos e simbólicos dos brancos, quando não os considera enquanto sujeitos racializados e ativos na produção e manutenção das desigualdades. Os estudos que seguem e reproduzem essa mesma lógica, pautados em referenciais teóricos euro-americanos, reforçam a ideia de sujeito universal desracializado e da branquitude como um ideal enquanto modo de ser e saber. Segundo Bento (2014, p. 41), “de qualquer forma, os estudos silenciam o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”.

Há um silenciamento em relação ao papel exercido pelo branco nas desigualdades raciais que atua no sentido da autopreservação dos próprios privilégios. De modo geral, as discussões centram-se exclusivamente no negro e, desse modo, reforçam a ideia da branquitude enquanto ideia racial normativa. Por esse motivo, faz-se necessário buscar compreender as relações raciais não de forma unilateral, mas sim a partir do seu caráter mútuo de constituição. Isto é, ao passo em que historicamente um grupo tem privilégios, o outro tem seus direitos violados constantemente. Desvelar as contradições e conflitos que as relações raciais estabelecem requer olhar para o branco como sujeito ativo na histórica produção e perpetuação do racismo. Há de se questionar qual o papel da branquitude nas desigualdades raciais e, principalmente, no caso do presente estudo, qual o papel da Psicologia diante dessa questão.

A Psicologia é composta majoritariamente por mulheres. Em pesquisa que aborda a relação entre as(os) psicólogas(os) e a Psicologia, Lhullier (2013) apresenta o perfil da(o) psicóloga(o) brasileira. Em 2012, dos 232 mil profissionais em exercício, 89% de mulheres

compunham a categoria. Dado o foco de análise, a pesquisa desenvolvida contou com a participação de 1.331 psicólogas de todo o Brasil, das quais, segundo o recorte de raça e os critérios do IBGE, 67% se autodeclararam brancas, 25% pardas, 3% pretas, 3% amarelas e 1% indígenas. No que diz respeito aos referenciais teóricos usados pelas profissionais, das 1.179 respondentes, 28% citaram Sigmund Freud, 7% Carl Gustav Jung, 6% Carl Rogers, 5% B. F. Skinner, 4% Jacques Lacan e 4% Aaron Becker [sic]; os outros autores foram citados por apenas, ou até menos de, 3% das psicólogas (LHULLIER, 2013). A análise desses dados nos permite compreender a predominância de referenciais euro-americanos na formação das/os profissionais de psicologia. Desse modo, em relação ao perfil profissional, a Psicologia caracteriza-se por ser uma profissão composta, majoritariamente, por mulheres brancas guiadas por referenciais teóricos do hemisfério Norte produzidos por homens. Tendo em vista a concepção de sujeito universal, pautada no ideal eurocêntrico, masculinista e heterocentrado, evidencia-se, no presente estudo, a necessidade de racializar as discussões, tanto na formação de psicólogas(os) quanto na prática profissional.

As desigualdades raciais impõem, determinam e sustentam modos de subjetivação. A subjetividade dos brasileiros foi construída a partir de benefícios simbólicos e concretos da realidade que historicamente beneficia os brancos. Considerando os processos históricos referentes à questão da raça e os efeitos psicossociais do racismo, cabe a Psicologia, em uma postura ético-política, assumir seu compromisso social. Desse modo, busca-se neste estudo compreender a relação da Psicologia com as relações raciais, tendo como foco a branquitude e seus efeitos e atravessamentos na Psicologia, tanto no sentido da formação quanto na atuação dessa categoria profissional. Parte-se do pressuposto de que as análises que reduzem as desigualdades apenas à classe social e não incluem a questão racial não consideram a interseccionalidade dos fenômenos em questão. Nesse sentido, além de perpetuar opressões e silenciamento, mantêm os privilégios concretos e simbólicos do lugar ocupado historicamente pelo branco nessa relação. De acordo com Bento (2014, p. 27),

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a

situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um *déficit* muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho.

Ainda que a Psicologia tenha avançado e ainda esteja avançando nos debates sobre o racismo, de modo geral, há um ocultamento do tema nas grades curriculares dos cursos de Psicologia no Brasil que causam efeitos na própria atuação da(o) psicóloga(o). Não há reconhecimento do fenômeno como elemento central, tampouco dos modos de subjetivação e socialização próprios da relação de poder estabelecida. Portanto, considerando as particularidades da realidade latino-americana, mais especificamente a brasileira, a histórica relação de dominação a partir da raça, as múltiplas expressões do racismo, as reconfigurações das relações racializadas na atualidade, bem como as influências das teorias raciais e do racismo científico na Psicologia e a invisibilização de saberes a partir da universalidade do conhecimento ocidental, torna-se evidente a necessidade da categoria atuar no sentido de compreender e desvelar as mediações e contradições que constituem o fenômeno em questão como possibilidade de superação das ideologias que naturalizam as desigualdades raciais.

### 1.3. Relações raciais e a formação da(o) Psicóloga(o)

Ao discorrer sobre as relações raciais e a Psicologia, se faz necessário contextualizar a importante atuação do Movimento Negro no Brasil no sentido da superação do racismo. Assim, cabe destacar marcos históricos que, a partir de lutas e conquistas, possibilitaram o debate da temática das relações raciais no Brasil e na Psicologia. Domingues (2007) citado por CFP (2017), em sua análise, dividiu a história política do Movimento Negro em três fases: Primeira República ao Estado Novo (1889-1937) que teve como destaque, entre outras entidades, a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, que foi responsável por combater a discriminação racial de diferentes modos e, no entanto, em 1936, foi silenciada pelo governo Vargas; Segunda República e ditadura civil militar (1945-1964), em que o destaque foi do Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias Nascimento, que lutava internacionalmente contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo (MUNANGA, 1986) e que também teve seus militantes perseguidos, só voltando a atuar no final da década de 1970; Surgimento do Movimento Negro propriamente dito em 1978, O Movimento Negro Unificado (MNU), que assumiu um discurso radicalmente contra o racismo

e a favor de uma melhor qualidade de vida para a população negra. A importância do Movimento Negro está explícita em toda a sua luta e articulação para a criação de políticas de promoção da igualdade, terminologia essa cunhada em 1995 na Marcha Zumbi dos Palmares que coloca em foco a busca por uma transformação social radical e não por políticas pontuais de inclusão racial<sup>4</sup>. (CFP, 2017).

Alguns dos marcos dessa história, aqui citados, foram retomados em um resgate histórico realizado por Khouri (2019) e CFP (2017) e consistem em: instituição, em 1996, pelo governo federal, do Programa Nacional de Direitos Humanos que se referia a duas proposições relativas à temática das políticas de promoção da igualdade. A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban na África do Sul em 2001, em que foi assinado o Plano de Ação de Durban, que reconhecia internacionalmente a existência do racismo no Brasil e se comprometia com a construção de ações afirmativas. Criação, em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e, no mesmo ano, criação da Lei nº 10.639, regulamentada pelo Parecer CNE/CP nº. 03/2004 e pela Resolução CNE/CP nº. 01/2004, que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da Rede de Ensino. Ainda sobre a Resolução CNE/CP nº 01/2004, no que se refere ao Ensino Superior, o § 1º do Artigo 1º inclui a Educação das Relações Étnico-Raciais nos conteúdos dos cursos que são ministrados.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. (BRASIL, 2004, p. 1)

Criação, em 2004, no Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI). O órgão era responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos. No entanto, foi dissolvido e, em seu lugar, foram criadas as seguintes secretarias: Secretaria de

---

<sup>4</sup> (SILVA JÚNIOR; BENTO, no prelo)

Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação<sup>5</sup>. Em 2008, a Lei nº 11.645 incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Em 2010 foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial e, dois anos depois, através da Lei nº 12.711, foi adotada a política pública de cotas para negro(a)s nas universidades públicas brasileiras que possibilitou a ampliação de acesso ao Ensino Superior, assim como políticas como o Prouni e FIES (CFP, 2017; KHOURI, 2019).

A partir da atuação e das conquistas do Movimento Negro, as relações raciais passaram a ocupar um espaço nos debates da Psicologia, os quais serão retomados adiante. O documento produzido pelo CFP *Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)* (CFP, 2017) destaca a criação de duas organizações não governamentais do Movimento Negro enquanto um dos maiores interlocutores entre o movimento social organizado e a categoria de psicólogas(os), sendo elas o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), criado em 1990, e o Instituto AMMA Psique e Negritude, criado em 1995. Khouri (2019) também destaca essas organizações enquanto elementos importantes para a compreensão do enfrentamento do racismo na Psicologia.

Khouri (2019) também evidencia uma série de debates sobre desigualdades de raça e gênero promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia SP (CRP-SP) junto com Maria Aparecida Bento do CEERT que, por sua vez, em 2002, lança o livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Em 2002, a Comissão Nacional de Direitos Humanos lançou a primeira campanha que propunha um debate nacional sobre o racismo no âmbito do Sistema Conselhos, nomeada “O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Faz Sofrer”. Ainda no mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução nº 18/2002 que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial. No ano seguinte, foi publicado, através da Comissão de Direitos Humanos, o documento *Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos* (CFP, 2003).

---

<sup>5</sup> <https://www.cartacapital.com.br/educacao/especialistas-avaliam-fim-de-secretaria-ligada-a-diversidade-e-inclusao/>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

Em 2005, houve o lançamento do terceiro Código de Ética Profissional que tem os seus princípios fundamentais baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005). Como evidencia Khouri (2019), ainda que não haja uma menção direta às relações raciais e ao racismo, o documento, ao abordar uma atuação comprometida com a eliminação de quaisquer formas de violência, discriminação e opressão, passa a funcionar como um parâmetro para uma atuação com responsabilidade social. Dentre os marcos supracitados, também cabe destacar a criação de Grupos de Trabalho e/ou Comissões e Relações Raciais em diversos Conselhos Regionais de Psicologia que possibilitaram visibilidade nacional e regional à temática em questão dentro do Sistema.

Outro marco que merece destaque é a criação, em 2010, do I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividades (I PSINEP) que, inclusive, ocasionou desdobramentos como a elaboração da Carta de São Paulo e a criação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) que, por sua vez, é composta, atualmente, por psicólogas(os) e tem como missão “articular a produção de conhecimento e a ação política, no campo da Psicologia, sobre o impacto do racismo na construção das subjetividades e nas relações raciais, bem como garantir que o tema das relações raciais esteja de fato na agenda da psicologia brasileira” (CFP, 2017). Posteriormente, em 2014, em Recife, foi realizado o II PSINEP (CFP, 2017; KHOURI, 2019).

Merece destaque também o documentário *História da Psicologia e Relações Étnico-Raciais* e o próprio documento aqui citado *Relações raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas no âmbito das Relações Raciais*, publicado em 2017 pelo CFP e elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), cuja finalidade é contribuir para o enfrentamento do racismo, ao dar subsídios para que psicólogas(os) reconheçam e atuem diante do racismo, independentemente do campo de atuação. No decorrer do texto, o documento em questão reconhece a tardia inclusão do debate das relações raciais pela categoria profissional e aponta a graduação enquanto um espaço privilegiado para o despertar de interesse para temas relevantes socialmente, bem como o desafio de formar psicólogas(os) que se sensibilizem para com a temática racial e incluam-na de forma transversal.

Por assim dizer, o Sistema Conselhos demorou a abraçar a causa. Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial. Mas, desde que reconheceu como de relevância social tem, em maior ou menor grau, procurado dar visibilidade a ela. Com a elaboração deste documento no CFP, o CFP visa propiciar a ampliação do debate, com o intuito de que seja sistemático, constante. (CFP, 2017, p. 73)

Esta retomada histórica do Movimento Negro na Psicologia através de marcos históricos e documentos citados expressa o panorama em que o debate das relações raciais passou a ser incorporado pela Psicologia, bem como as transformações pelas quais a Psicologia como um todo tem passado desde sua regulamentação enquanto ciência e profissão. Fruto de luta, articulação e conquistas, o debate da temática em questão passou a ser ampliado a partir da atuação de psicólogas negras como Neusa Santos Souza, Edna Roland, Edna Muniz, Maria Jesus Moura, Maria Aparecida Silva Bento e Isildinha Baptista Nogueira, que colocaram em pauta as relações raciais e o racismo na produção de conhecimento na área da Psicologia, nos debates com a categoria e na atuação dos psicólogos (SCHUCMAN; MARTINS, 2017). Apesar da crescente produção científica sobre as relações raciais, como será explicitado a seguir, o debate ainda é insuficiente e circunscrito a espaços específicos. Segundo Martins e Schucman (2017, p. 181),

Apesar de a Psicologia hoje já ter construído uma variedade de trabalhos sobre esse assunto e, portanto, de conhecimento sobre a temática aqui discutida, encontramos ainda pouca atenção da categoria como um todo – principalmente no que diz respeito aos cursos de formação de psicólogos – para a compreensão e engajamento na temática e também para a produção de respostas adequadas ao que tange à redução do racismo e seus efeitos.

Diversos estudos, ao longo dos anos, têm apontado e reforçado a ausência da temática racial na grade curricular dos cursos de graduação de Psicologia. Um estudo de Santos e Schucman (2015), realizado com estudantes de Psicologia de graduação e pós-graduação de uma universidade pública da região metropolitana de São Paulo, investigou a concepção das(os) alunas(os) sobre a categoria raça na compreensão da desigualdade e sobre a abordagem e relevância das relações raciais ao longo da formação. As(os) alunas(os) demonstraram considerar relevante e interessante aprofundar o conhecimento sobre a temática em questão. Ao passo que nenhum estudante afirmou ter estudado o tema

das relações raciais com profundidade, a política de cotas raciais mostrou-se enquanto importante possibilidade para a emergência de debates em relação à temática em questão.

Embora a Psicologia no Brasil tenha tradição no estudo das relações raciais (BICUDO, 1947; GINSBERG, 1955; LEITE, [1966] 2008; SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012), ainda é tímida a abordagem desse tema nas disciplinas de graduação e pós-graduação da área, e o presente estudo vem reforçar essa constatação. (SANTOS; SCHUCMAN, 2015, p. 135)

Barcellos (2016), ao analisar currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana, identificou a insuficiência de estudos sobre relações raciais. Dos dezoito (18) currículos analisados, somente seis (6) cursos apresentavam disciplinas que trabalham com questões raciais. Dentre estes cursos, apenas um (1) abordava o assunto em uma disciplina obrigatória e nos demais o tema era apresentado em disciplinas optativas/eletivas. A autora também aponta que a disciplina obrigatória em questão no estudo, ainda que se volte para as questões raciais, propõe-se a discutir outros diferentes temas relevantes no período de um semestre, de modo que, possivelmente, alguns deles sejam negligenciados.

Ainda no que tange à formação da(o) psicóloga(o) e ao currículo, Oliveira e Lima (2017) analisaram os relatórios finais de estágio em Psicologia de duas universidades e currículos de uma universidade pública em suas duas versões existentes (2007 e 2015), ambos do nordeste brasileiro, e constataram, a partir dos resultados parciais, que os currículos e relatórios de estágio analisados expressam a reprodução da marginalização das demandas da população negra. As autoras discorreram sobre o silenciamento e ocultamento de figuras protagonistas da Psicologia, como Virgínia Bicudo, mulher negra, pesquisadora, psicanalista e pioneira para o desenvolvimento das ciências sociais e dos estudos sobre as relações étnicas e raciais e a Psicologia. Nesse sentido, questionam o pertencimento étnico e localização geográfica no espaço das produções reconhecidas e visibilizadas, e destacam:

Sob esta circunstância, a vida de Virgínia é trazida neste artigo para referendar que os modos de organização curricular e desenvolvimentos da ciência psicológica estão subordinados e reproduzem-se a partir de relações de poder, colonialismo e racismo presentes na sociedade brasileira em pleno século 21. Pois, conforme observaremos adiante, os currículos pouco ou nada referem a importância das relações étnica e racial para a formação específica do psicólogo brasileiro, como também em termos nacionais não reconhece a validade de nomes emblemáticos na psicologia, psicanálise [sic]

e ciências sociais de personalidades como Virgínia Bicudo. (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 149)

Diante da constatação da dificuldade em encontrar menções à temática sobre raça e racismo em disciplinas obrigatórias nas grades curriculares dos cursos e faculdades de psicologia brasileira, Costa, Nunes e Schucman (2017) produziram um estudo que visava mapear teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP) desde o seu ano de criação, 1970, até 2012. Para isso, analisaram as produções que utilizaram as categorias raça e racismo para a compreensão de fenômenos psicossociais. Dos 2.916 trabalhos produzidos desde 1970 e apresentados até 2012, somente 15 abordaram a questão da raça e do racismo. Constataram a pequena quantidade de pesquisas realizadas, identificaram os principais temas abordados, dos quais destacam a denúncia da existência do racismo no Brasil, a compreensão dos modos como ele é subjetivado e as estratégias de superação do racismo, bem como lacunas dessa produção. Nesse sentido, apontam a insuficiência de estudos que discorram sobre possíveis contribuições sistêmicas e abrangentes do psicólogo e da Psicologia no sentido do desmantelamento do racismo.

Considerando a escassa produção científica sobre saúde mental e racismo contra negros (DAMASCENO; ZANELLO, 2018) e, dentre os estudos existentes, a ênfase dada, de modo geral, à população negra e não aos profissionais brancos(as) que a atendem, Damasceno (2018) buscou investigar a experiência — ou sua ausência — e a compreensão de psicoterapeutas brasileiros(a), com formação brasileira, autodeclarados(as) brancos(as), no atendimento às pessoas negras. Para isso, realizou uma entrevista semiestruturada com um total de 7 participantes, dentre os quais 4 eram mulheres e 3 homens. Após a análise de conteúdo, foram criadas 4 categorias: a) formação; b) modos de intervenção para com as vivências raciais do(a) cliente; c) pressupostos epistemológicos da psicologia; d) relações terapêuticas inter-racial. De modo geral, a formação mostrou-se enquanto um espaço falho no que se refere às relações raciais. No que tange aos modos de intervenção, o racismo não é problematizado ou explorado no espaço terapêutico como parte do tratamento pelo sofrimento causado. Ademais, constatou-se o uso de pressupostos epistemológicos que partem de uma visão universalizante de sujeito, bem como, pouca ou quase nenhuma reflexão sobre os aspectos transferenciais e contratransferenciais implicados em uma relação terapêutica inter-racial. Portanto, a autora conclui “...o racismo é invisibilizado como

fator de sofrimento mental para negros(a) e que grande parte das dificuldades dos psicoterapeutas no atendimento a pessoas negras origina-se de lacuna na formação acadêmica.” (DAMASCENO, 2018, p. 92).

Com o objetivo de investigar as significações da presença do debate das relações raciais nos cursos de formação em psicologia na Bahia, Khouri (2019) entrevistou sete coordenadoras e professoras responsáveis pela discussão da temática em questão de quatro instituições de ensino do estado da Bahia e igualmente constatou a insuficiência e superficialidade do debate das relações raciais nos cursos de Psicologia que, de modo geral, ocorre em disciplinas que abordam questões sociais e culturais. Ademais, apontou que a clínica tradicional ainda aparece como um grande eixo de atuação. A autora produziu um breve histórico da formação em Psicologia no Brasil, destacando desde a instituição do currículo mínimo à formulação das diretrizes curriculares. A regulamentação da Psicologia enquanto ciência e profissão se deu em um contexto de modernização e industrialização, período em que passaram a surgir os primeiros cursos de especialização em psicologia e os instrumentos de medidas psicológicas passaram a ganhar espaço. Assim, em 1962, foi promulgada a Lei nº. 4.119, a qual reconhece a profissão de psicóloga(o) e institui o currículo mínimo. Este, por sua vez, é compreendido<sup>6</sup> a partir de uma perspectiva conteudista em que o acúmulo de informações seria equivalente ao processo de aprendizagem, de modo que as disciplinas são organizadas de modo fragmentado e o estudo se dá isolado do contexto social. Dada a insatisfação dos psicólogos em relação a tal circunstância da formação promovida até então, na década de 80 debates passaram a serem promovidos pelo CFP para que a categoria pudesse discutir a formação e a atuação profissional. Após marcos históricos importantes desse processo de debate sobre a formação em psicologia no Brasil, como: “Programa de estudos e debates sobre a formação e atuação do psicólogo” que, posteriormente, gerou a pesquisa “Quem é o psicólogo brasileiro?”<sup>7</sup> e “I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos” em 1992, em 1996, durante a realização do trabalho da comissão de especialistas em ensino de psicologia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cuja proposta vai ao encontro de uma formação generalista e pluralista, foi promulgada e os currículos mínimos extintos. Em 1998, foi constituída uma nova comissão de especialistas e, após diversos debates, em 2004, foram

---

<sup>6</sup> BERNARDES, 2012 apud KHOURI, 2019).

<sup>7</sup> (ROCHA JR, 1999; NICO, KOVAC, 2003 apud KHOURI, 2019)

homologadas as Diretrizes Curriculares para os cursos de psicologia, que seguem até hoje vigentes. Enquanto no currículo mínimo existiam três níveis de formação do psicólogo — licenciatura, bacharelado e formação do psicólogo —, as diretrizes estabelecem apenas um perfil de formação, no caso, o de formação de psicólogo, e caracterizam-se pelo currículo generalista. Ademais, ainda que as diretrizes não refiram diretamente as questões raciais, a autora destaca a dimensão social e ética da profissão e o respeito aos diferentes fenômenos pessoais, grupais e culturais e, nesse sentido, a construção de uma formação em psicologia crítica apresentada pelas diretrizes.

Em 2011, as Diretrizes Curriculares passaram por uma atualização em que foram acrescentadas apenas as normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professor de psicologia<sup>8</sup>. Recentemente, em 2018, houve um processo de revisão, por iniciativa do Conselho Nacional de Saúde e coordenado pela Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI). Após um processo marcado por intensos debates em reuniões preparatórias, encontros regionais e encontro nacional, uma minuta do documento foi elaborada pela comissão especialista (composta por membros da diretoria ampliada da ABEP). Em seguida, a minuta foi disponibilizada para consulta pública, momento no qual a categoria profissional de psicólogas(os) pôde fazer sugestões e considerações sobre o documento. Divulgada a última versão, o documento foi submetido à aprovação do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Educação (KHOURI, 2019). O documento em questão foi aprovado em 4/12/2019 e, no momento, aguarda homologação pelo Ministério da Educação (MEC). O texto apresenta avanços e é fruto de um processo coletivo comprometido com a compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos, com os Direitos Humanos, com a diversidade, com a construção de uma sociedade democrática e a promoção dos direitos sociais. Em relação às questões étnico-raciais, o documento, em contraposição às diretrizes curriculares propostas em 2011, aborda diretamente a temática em três momentos: Art. 8º §5º referente às competências básicas que definem o perfil do profissional de Psicologia e que devem ser desenvolvidas a partir do núcleo comum da formação em Psicologia; Art. 24º VII e VIII referente às competências em torno dos eixos estruturantes que a formação de professores

---

<sup>8</sup> (BRASIL, 2011 apud KHOURI, 2019).

de Psicologia deve articular e Art. 25º VII referente às competências básicas que a formação de professores de Psicologia deve promover:

IV - trabalhar respeitando a diversidade e mostrar competência cultural, tendo em vista os seguintes princípios: a) atuar tendo como fundamento o conhecimento e a compreensão do contexto histórico, político, social e cultural de clientes, usuários, colegas, grupos, organizações, populações e outros atores; b) respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras; c) trabalhar de maneira acolhedora, empática e efetiva considerando todas as formas de diversidade.

VII - história da África e História Indígena, conforme disposto nas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 de março de 2008, para ampliação dos conhecimentos relativos à história e à cultura brasileiras e ao enfrentamento do racismo e do preconceito; VIII - transversalidade temática, que prepare o estudante para abordar temas no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas, como Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-raciais, entre outras.

VII - identificar questões e problemas socioculturais, educacionais e outros com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, de portadores de deficiências e necessidades especiais entre outras; (BRASIL, 2019, p. 9)

Em seu trabalho, Pereira (2020) discutiu o apagamento das temáticas referentes às relações raciais, realizando uma pesquisa que teve como objetivo analisar os currículos das quatro maiores universidades de São Paulo que oferecem o curso de Psicologia na tentativa de compreender: a) se os cursos se propõem a discutir a temática das relações raciais no Brasil; b) se tratam da temática em questão com relevância no decorrer da formação dos estudantes; c) se trabalham com as referências propostas pela cartilha do Conselho Federal de Psicologia no que tange à atuação da(o) psicóloga(o) nas questões étnico-raciais nos diferentes contextos de trabalho e durante a formação profissional; e d) se adotam como referência autores/as negros/as em seus currículos ou unicamente a perspectiva racial branca. Para isso, analisou a presença ou ausência das temáticas raciais nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e/ou Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos em questão a partir de metodologia aplicada e desenvolvida por Espinha (2017). Sendo assim, a autora buscou palavras-chave indiretas e diretas referentes à temática racial. Sendo as palavras-chave indiretas: Justiça social; Diversidade; Desigualdade; Estereótipo; Preconceito; Discriminação; Inclusão; Exclusão; Direitos Humanos; e as palavras-chave

diretas: Racismo; Racial (is); Raça; Negro (a); Branco (a); Negritude; Branquitude; Afro; Quilombola/quilombo; Etnia/étnico.

No que tange às palavras-chave indiretas, assim como Espinha (2017), a autora constatou que as palavras-chave indiretas apareceram em maior quantidade nas disciplinas das ementas das diferentes instituições, sendo que as que apareceram mais vezes foram: Diversidade (22), Inclusão (20) e Exclusão (15), Direitos Humanos (11), Desigualdade (12) e Preconceito (10). Na medida em que estas foram palavras destacadas nos PPPs, não houve menção à discussão das relações raciais, salvo exceções, como uma disciplina de uma instituição específica que, associada à palavra preconceito, propõe-se a discutir o tema em questão, porém circunscrito a uma disciplina não obrigatória. Ainda na mesma instituição é ministrada uma disciplina obrigatória que consta no programa e aborda, entre outros temas, a temática “a questão da intolerância: hierarquia, inferiorização, preconceito e racismo” (PEREIRA, 2020, p. 32). Outro ponto a ser destacado é que o preconceito aparece em outras duas instituições como uma das temáticas de psicologia social, de modo que se subentende que é somente nessa abordagem que há espaço para o debate sobre a temática. Em relação às menções ao termo desigualdade, de modo geral, aparecem relacionadas à noção de desigualdade social, tendo como foco de análise a desigualdade de classe.

Quanto às palavras-chave diretas, o maior número de menções se deu entre as seguintes palavras: Racismo (9), Etnia/étnico (8), Racial (is) (6), Raça (5), Negro (a) (3) e Afro (2). Na instituição com maior número de menções às palavras-chave diretas (17), elas foram distribuídas entre duas menções que constam no PPC e o restante distribuídas por 8 disciplinas. Na segunda instituição com mais menções às palavras-chave diretas (12), elas foram distribuídas entre 6 disciplinas. As outras duas instituições restantes, com duas e uma menções, distribuíram-se entre duas e uma disciplina, respectivamente. Merece atenção o fato apontado pela autora em relação à predominância de disciplinas eletivas entre as disciplinas que se propõem a discutir a temática racial. No caso da terceira instituição citada, a temática racial ficou circunscrita à disciplina de Sociologia e à Psicologia Escolar e, na última instituição, em que há uma única disciplina que menciona raça/etnia, pretende-se debater outras nove temáticas de extrema complexidade que demandam profundidade para a compreensão dos fenômenos estudados. Ao comparar as disciplinas que se propõem a debater a temática racial ao número total de disciplinas das instituições, Pereira (2020)

evidência que há um número ínfimo delas, sendo a maior porcentagem correspondente a 4,5% (8/177) e a menor a 1,64 (1/61). Ademais, a autora também chama a atenção para a ausência das palavras branco e branquitude dos PPC ou PPP. Por último, em relação a análise do currículo, no que tange à presença de autores(as) negros(as) nos currículos, dos 27 levantados a partir das referências da cartilha *Relações raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os*, somente 9 são mencionados nos 4 diferentes cursos analisados, sendo que alguns deles estão listados na bibliografia complementar que, conforme indica Pereira (2020, p. 46), “A bibliografia complementar, geralmente, não tem um papel central, estando condicionada ao andamento da matéria e ao cumprimento da bibliografia básica”.

Os trabalhos aqui apresentados explicitam a ausência ou insuficiência do debate das relações raciais nos cursos de Psicologia brasileira como um todo. De modo geral, a temática do racismo ou das relações raciais não é abordada nas grades curriculares ou restringe-se a disciplinas eletivas/optativas ou a disciplinas que discutem questões sociais e culturais ou, ainda, restringe-se a profissionais com mais sensibilidade para a temática em questão. O ocultamento de referências não brancas dos currículos de Psicologia produz efeitos na própria formação de psicólogas(os), mas também para além dela, considerando o despreparo dos profissionais em questão para lidar com a temática racial em seus diferentes campos de atuação e para incluí-la de forma transversal.

Marília Lopes, mulher negra e professora universitária de 38 anos, procurou uma psicóloga porque sofria com depressão há muitos anos. Sentia que precisava de ajuda e que seu trabalho estava sendo severamente prejudicado. Na primeira sessão de psicoterapia, sentiu a necessidade de falar sobre as diversas situações em que sofreu racismo, contando de sua infância trabalhando como empregada doméstica e babá sob o pretexto de que estava ‘brincando com a filha da patroa’, até casos mais recentes, em que fora seguida dentro de lojas onde fazia compras. Ao final, a psicóloga – que era branca – afirmou que Lopes precisaria mudar o comportamento de ‘se vitimizar e transformar acontecimentos normais em racismo’.

Em busca de sua segunda psicóloga, Lopes chegou a fazer cinco sessões de psicoterapia, quando finalmente começou a falar do racismo que lhe causava sofrimento. ‘A psicóloga ficou visivelmente impaciente e desconfortável e me perguntou se eu achava mesmo que racismo ainda existia nos tempos de hoje’, relata Lopes. ‘Saí de lá arrasada, estava pagando muito caro por cada consulta e nunca imaginei que uma profissional fosse questionar a veracidade do meu sofrimento, do racismo, daquela forma. Nunca mais voltei a procurar terapia, hoje ainda luto contra a depressão e apenas faço uso de medicamentos’, completa.

O caso da professora Marília Lopes não está isolado da experiência de outras pessoas negras brasileiras. Para a bióloga Tereza Amorim, as consequências do despreparo profissional foram graves: “Comecei a fazer terapia com um psicólogo e tudo corria bem até que comecei a perceber que muitas das coisas que eu passava na vida aconteciam porque as pessoas eram racistas e me tratavam de forma discriminatória pelo fato de eu ser negra. Quando passei a falar sobre isso com meu terapeuta, ele primeiro começou a negar que aquelas coisas fossem racismo. Meu psicólogo disse que racismo não existe e depois passou a dizer que não existe mais racismo no Brasil, porque as ‘mulatas’ são valorizadas”. (ARRAES, 2015, s/p)

Cinco anos depois e esta lacuna na formação acadêmica de Psicologia não parece ter passado por mudanças significativas. Os excertos retirados da reportagem *Após trauma na terapia, negros buscam psicólogos da mesma cor* (BERNARDO, 2020) revelam e reforçam o despreparo de psicólogas(os) para lidar com questões raciais, uma vez que pessoas negras relatam ter suas dores minimizadas ou desconsideradas ao se consultarem com psicólogas/os brancos. Ademais, também versam sobre a experiência de uma psicóloga que não teve contato com teóricos e pesquisadores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza e Virgínia Leone Bicudo no decorrer da graduação, e que teve espaço para discutir tais questões apenas fora da sala de aula em iniciativas organizadas pelo movimento negro.

Mexeu muito comigo, mas a psicóloga lidou com isso como se não fosse uma questão importante de raça. Tive mais crises de ansiedade pelo tratamento que recebi dela do que com a demissão em si.

[...] Parecia que o racismo só estava na minha cabeça. Uma vez falei que fui seguido numa farmácia e a psicóloga disse que isso era normal, que é assim que os seguranças agem. (BERNARDO, 2020, s/p)

A categoria raça constitui, diferencia e hierarquiza os lugares dos sujeitos na sociedade (CFP, 2017). Considerando a necessidade de mudança de tal situação e a graduação enquanto um espaço privilegiado para o debate e despertar de interesse para temas socialmente relevantes, bem como a necessidade de formar psicólogas(os) que se sensibilizem com a temática racial e a incluam de forma transversal, o presente estudo pretende ampliar o debate sobre a formação em Psicologia e as relações raciais.

## 2. MÉTODO

### 2.1 Pressuposto teórico-metodológico

Esta pesquisa teve como propósito investigar as relações raciais, com enfoque nas implicações da branquitude para a prática da Psicologia. Considerando o apagamento de referências não eurocêntricas na produção de saberes e a lacuna na formação dos cursos de Psicologia, pautados por um referencial teórico eurocêntrico tido como universal que, de modo geral, orienta a prática profissional e impõe limites à promoção de saúde, o presente estudo buscou compreender as expressões e implicações do racismo na Psicologia no que tange à formação de psicólogas(os) através da análise de documentos que detalham as disciplinas ministradas em cursos de psicologia de algumas universidades do Estado de São Paulo. Nesse sentido, na tentativa de contemplar a dimensão da formação, buscou-se compreender como se dá a abordagem da temática das relações raciais nos currículos de graduação destes cursos de Psicologia.

O presente estudo fundamenta-se na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, inaugurada no Brasil por Silvia Lane, que surgiu com o objetivo de superar a dicotomia até então presente e predominante na Psicologia Social. Ainda que este campo de conhecimento tenha se dedicado desde o princípio, em síntese, à compreensão da relação que o indivíduo estabelece com a sociedade, o faz a partir de diferentes concepções metodológicas que concebem o ser humano e sua relação com a sociedade de diversas maneiras. O pensamento moderno caracteriza-se pela objetividade e pela neutralidade e, desse modo, ao buscar a objetividade do conhecimento destituída de subjetividade, estabelece uma compreensão dicotômica da relação sujeito-objeto. Segundo Bock e Gonçalves (2009, p.121),

A dicotomia presente nesta maneira de conceber a relação sujeito-objeto se estenderá para as formas de conceber a relação sujeito e sociedade; natural e histórico; mundo interno e mundo externo. Não só se estenderá como será a base epistemológica da produção em Psicologia.

Decorre deste pensamento dicotômico a individualização da compreensão dos fenômenos, isto é, ora são compreendidos pelo polo do indivíduo, ora pelo polo da sociedade, bem como a naturalização dos mesmos. Em outros termos, a compreensão se dá através de fatores intrínsecos aos indivíduos ou à sociedade, de modo que são compreendidos em um processo de desenvolvimento natural e próprio em que a sociedade

é tomada de forma abstrata e o indivíduo de forma natural. Sobre estes aspectos, Bock e Gonçalves (2018, p. 138) discorrem,

O principal problema da naturalização está, como dizia Silvia Lane, em desconsiderar o ser humano como ativo, produto e produtor da sociedade historicamente constituída. A naturalização impede a compreensão da constituição dos fenômenos sociais e históricos, a partir da materialidade da vida humana, fundada no trabalho.

Assim, na tentativa de superar o pensamento dicotômico e construir um pensamento comprometido com a transformação social, a Psicologia Sócio-Histórica propõe uma nova concepção de ser humano, bem como uma nova compreensão sobre sua relação com a sociedade. Tendo como pressuposto o materialismo histórico-dialético, a perspectiva Sócio-Histórica tem como eixo a noção de historicidade compreendida em seu caráter processual e contraditório, e considera que os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social que, por sua vez, é construída na materialidade das relações humanas e da relação entre os homens e a natureza. Desse modo, a Psicologia Sócio-Histórica,

Concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas idéias; e a história como um movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias, incluindo a ciência e a psicologia. (BOCK, 2001, p. 18)

Ainda no que se refere ao método da perspectiva em questão, o materialismo histórico-dialético afirma objetividade-subjetividade como unidade de contrários em movimento de transformação constante. Depreende-se que, ainda que se refiram a diferentes âmbitos, objetividade e subjetividade se constituem em um mesmo processo. Assim, tanto o sujeito quanto o objeto transformam-se. Caracteriza-se pela compreensão da realidade a partir da noção de contradição, cuja prioridade volta-se para o movimento e multiplicidade do pensamento, isto é, “Em outras palavras, Ser e Não Ser formam uma unidade de contrários, em movimento constante que resulta no Vir a Ser. Tal pensamento se opõe, sem o anular, ao princípio de identidade, segundo o qual o ser É.” (BOCK; GONÇALVES, 2018, p. 139). Ao partirmos da ideia de que a realidade está em transformação constante através da atividade humana e que os fenômenos são multideterminados, processuais e contraditórios, a formulação de categorias teóricas tem

como finalidade compreender o movimento, ou seja, alinha-se ao método aqui descrito, uma vez que pretende compreender o processo de constituição dos fenômenos e das relações que os constituem e, nesse sentido, aponta para as mediações que os constituem, bem como para a totalidade histórica e contraditória. Sendo assim, em síntese, as concepções materialista, histórica e dialética podem ser descritas como:

Materialista porque tem na base, como ponto de partida, a transformação material que produz a vida humana pelo trabalho; histórica porque reconhece na atuação dos sujeitos, na sua possibilidade de agregar subjetividade à objetividade, a produção da sociedade e sua constante transformação; dialética porque entende as relações e o movimento como resultado da contradição. (BOCK; GONÇALVES, 2018, p. 139)

Assumir o materialismo histórico dialético como perspectiva permite uma compreensão histórica sobre a visão de homem, de mundo e de conhecimento constituída historicamente a partir da vida material e contraditória. Nesse sentido, considerando que o sujeito atua sobre o objeto e ambos se transformam, a historicidade possibilita compreender sujeito e subjetividade como constituídos nas relações sociais e históricas. Parte-se da compreensão de que a subjetividade, ainda que seja individual, é histórica e socialmente constituída a partir de um processo objetivo e, portanto, ela não é natural (BOCK; GONÇALVES, 2009).

Em suma, em contraposição ao pensamento da modernidade que concebe o sujeito como racional, individual e natural e a sociedade de forma abstrata, a Psicologia Sócio-Histórica pretende superar a visão dicotômica que estrutura o pensamento moderno e, partindo do pressuposto da dialética subjetividade-objetividade, compreende os fenômenos sociais a partir da constituição histórica e social dos indivíduos e de sua subjetividade. Assim, ao superar as dicotomias ao compreender a relação indivíduo-sociedade, encontra-se a visão de um sujeito social e histórico que exerce um papel ativo na produção da sociedade, isto é, ao passo em que é determinado pelo contexto histórico em que se encontra, é também determinante. Sendo assim, a busca da gênese histórica, enquanto método, permite a desnaturalização dos fenômenos sociais, bem como o entendimento do caráter processual dos fenômenos e da sua possibilidade de transformação social.

## 2.2. Coleta de dados

Na tentativa de contemplar o objetivo do presente estudo de compreender, a partir de uma pesquisa documental, a formação em Psicologia e sua ligação com as relações raciais, num primeiro momento, foram coletadas as informações relativas às Instituições de Educação Superior (IES) em Psicologia do Estado de São Paulo cadastradas no e-MEC. Em função da necessidade de delimitação da fonte de dados, juntamente à base de dados referida, foi utilizado como critério a avaliação dos cursos de Psicologia do Ranking Universitário Folha 2019 (RUF, 2019). Assim, a fim de garantir uma análise que aborde proporcionalmente a distribuição de Instituições<sup>9</sup> públicas e privadas, foram selecionadas seis (6) universidades, sendo três (3) públicas, das quais duas (2) são estaduais e uma (1) federal, e três (3) privadas. Após a escolha das Instituições, foram selecionados os documentos para a análise do presente estudo. Esta coleta se deu, inteiramente, a partir da busca dos documentos disponíveis na internet pelos sites das respectivas IES. Assim, os dados coletados foram obtidos através das informações disponibilizadas virtualmente pelas IES escolhidas.

Na experiência de Espinha (2017), que em seu estudo buscou analisar os Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Psicologia do Brasil, somente 8,3% dos cursos disponibilizavam os PPPs em seus sites. Embora a região Sudeste apresente a maior quantidade de cursos, é também aquela na qual os cursos menos disponibilizam seus PPPs. Assim, segundo a autora, dos 200 cursos disponíveis, somente 9 disponibilizavam o documento em questão, o que corresponde somente a 4,5% e contrapõe-se aos da região Norte que, por sua vez, ainda que não apresente uma quantidade significativa de cursos e seja a que possui menos cursos, houve disponibilização de 17,85% dos PPPs. O presente estudo deparou-se com a mesma dificuldade no que se refere à disponibilidade dos PPPs, principalmente no que se refere às universidades privadas. Assim, na tentativa de possibilitar a coleta de informações que viabilizassem a análise para os objetivos pretendidos, foram escolhidos como fontes de dados documentos que explicitam as disciplinas ministradas pelas respectivas Instituições nos cursos de formação em Psicologia, bem como os documentos que detalham e explicitam as principais características das

---

<sup>9</sup> Para assegurar a não-identificação das Instituições de Ensino Superior (IES) escolhidas, todas serão nomeadas genericamente e diferenciadas a partir de uma numeração.

disciplinas em questão. Visto que os PPPs disponibilizam informações similares, mas, em alguns casos, com nomeações distintas, o quadro a seguir detalha as informações coletadas. Vale ressaltar que nos casos em que foi disponibilizado o PPP, as informações analisadas, assim como nas IES restantes, referem-se à cargas horárias, às disciplinas, tanto obrigatórias quanto eletivas, e às ementas.

**Quadro 1: Materiais disponíveis e acessados nos sites das respectivas IES**

<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Instituição</b>	<b>Material disponível</b>
Instituição 1	Pública (Estadual)	PPP disponível
Instituição 2	Pública (Estadual)	PPP disponível
Instituição 3	Pública (Federal)	PPP disponível
Instituição 4	Particular	Grade horária e ementa
Instituição 5	Particular	Matriz curricular
Instituição 6	Particular	Grade horária

Portanto, conforme apresentado no quadro 1, dos 6 cursos analisados, somente 3 disponibilizam os PPPs, sendo que todos correspondem às instituições públicas. A Instituição 3 não dispõe das ementas no documento analisado e a Instituição 6 disponibiliza em seu site somente a grade horária. Tal circunstância dificulta a análise dos dados, tendo em vista que o nome da disciplina na grade curricular não necessariamente explicita as temáticas a serem trabalhadas, de modo que impossibilita o acesso a informações mais detalhadas e, conseqüentemente, impede uma análise aprofundada do tema.

Num primeiro momento, após a seleção e coleta de dados, foi realizada uma leitura rápida dos documentos. Considerando que o presente estudo busca compreender como se dá a abordagem das relações raciais na formação em Psicologia, o método desenvolvido por Espinha (2017) se mostrou apropriado e, portanto, foi utilizado no desenvolvimento da metodologia do estudo em questão, salvo alterações em função das particularidades de cada estudo. Espinha (2017) realizou uma análise dos PPPs disponibilizados na internet pelos sites das IES dos cursos de Psicologia do Brasil a partir da busca de palavras-chave diretas e indiretas nos PPPs e somente palavras-chave diretas nas disciplinas. As palavras-chave indiretas referem-se àquelas que podem, de alguma forma, fazer parte do debate sobre as relações raciais e as palavras-chave diretas referem-se necessariamente à temática.

**Quadro 2: Palavras-chave indiretas e diretas usadas na investigação dos PPPs desenvolvida por Espinha (2017)**

<b>Palavras-chave indiretas</b>	<b>Palavras-chave diretas</b>
Justiça social	Racismo
Diversidade	Racial (is)
Desigualdade	Raça
Estereótipo	Negro (a)
Preconceito	Branco (a)
Discriminação	Negritude
Inclusão	Branquitude
Exclusão	Afro
Direitos humanos	Quilombola/quilombo
--	Etnia/étnico

Fonte: ESPINHA, 2017, p. 127.

A metodologia desenvolvida por Espinha (2017) e as palavras-chave diretas e indiretas elencadas pela autora mostraram-se adequadas. Todavia, as alterações realizadas residem no fato de que o presente estudo teve como fonte de dados somente uma parte dos PPPs ou grades curriculares e ementas disponíveis. Ainda assim, com a finalidade de ampliar possíveis debates sobre as relações raciais, optou-se por manter as palavras-chave diretas e indiretas. Ademais, na tentativa de avançar nos achados e proporcionar novas reflexões no que tange à presença/ausência das relações raciais na formação em Psicologia, num segundo momento, voltou-se para a fonte de dados utilizada no presente estudo e outras palavras mostraram-se pertinentes. Portanto, além das palavras-chave selecionadas pela autora, a análise contou com os seguintes acréscimos:

**Quadro 3: Palavras-chave indiretas e diretas usadas na investigação das disciplinas e ementas**

<b>Palavras-chave indiretas</b>	<b>Palavras-chave diretas</b>
Justiça social	Racismo
Diversidade	Racial (is)
Desigualdade	Raça

Estereótipo	Negro (a)
Preconceito	Branco (a)
Discriminação	Negritude
Inclusão	Branquitude
Exclusão	Afro
Direitos humanos	Quilombola/quilombo
América Latina	Etnia/étnico
-	Indígena

Desse modo, a partir das palavras-chave supracitadas, será apresentada a discussão acerca do modo como elas aparecem ou não nas disciplinas e nos respectivos documentos que explicitam os detalhes das disciplinas em questão. Vale ressaltar que o presente estudo tem como fundamentação teórico-metodológico a Psicologia Sócio-Histórica e, portanto, ao propor uma compreensão que considere os processos históricos dos fenômenos que supere a visão naturalizante dos mesmos, busca compreender as relações raciais a partir do papel ativo que o branco exerce na histórica produção de racismo, processo através do qual se constrói e se sustenta a produção de uma subjetividade baseada na crença da superioridade do branco, que produz efeitos e atravessa a categoria de Psicólogas(os) em todos os níveis. Cabe destacar que se parte da compreensão de que os documentos aqui analisados expressam aspectos objetivos e subjetivos do fenômeno das relações raciais, constituído na relação dialética entre indivíduo-sociedade e suas múltiplas determinações.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Palavras-chave indiretas

A fim de sistematizar os dados coletados e facilitar a compreensão da análise pretendida, foi produzida ao longo do desenvolvimento da pesquisa uma tabela que será dividida e disponível conforme os tópicos analisados, em que constam as informações referentes a quantidade de vezes em que cada palavra é referida nos currículos analisados dos cursos de graduação de Psicologia do Estado de São Paulo aqui selecionados. Vale ressaltar que, com a finalidade de garantir e assegurar a não-identificação das instituições, além delas serem nomeadas a partir de um nome genérico e diferenciadas pela numeração, os nomes das disciplinas também não serão explicitados.

**Tabela 1: Menção às palavras-chave indiretas ao longo da análise das disciplinas e ementas das Instituições escolhidas**

Palavras-chave indiretas	Inst. 1 Estadual (pública)	Inst. 2 Estadual (pública)	Inst. 3 Federal (pública)	Inst. 4 Particular	Inst. 5 Particular	Inst. 6 Particular	Total
Justiça social	-	-	-	-	-	-	0
Diversidade	1	2	0	3	0	0	6
Desigualdade	1	0	0	0	0	0	1
Estereótipo	-	-	-	-	-	-	0
Preconceito	0	0	0	1	1	0	2
Discriminação	0	0	0	0	2	0	2
Inclusão	2	0	0	1	3	0	6
Exclusão	1	1	0	0	6	0	8
Direitos Humanos	4	0	0	0	3	1	8
América Latina	1	1	0	0	1	0	3
<b>Total</b>	10	4	0	5	16	1	36

A tabela 1 apresenta uma visão geral do que foi coletado nas grades horárias e ementas das respectivas instituições consideradas no presente estudo. Assim como nos resultados encontrados por Espinha (2017), as palavras-chave indiretas justiça social e estereótipo não foram encontradas nos documentos aqui analisados. Ao analisar os PPPs

de 4 cursos de universidades da cidade de São Paulo, sendo duas públicas e duas privadas, com exceção de uma universidade pública que possui o campus localizado fora da cidade de São Paulo e foi mantido no estudo em questão, Pereira (2020) também não encontrou a palavra-chave justiça social nos textos dos PPPs analisados.

Vale ressaltar que a indisponibilidade dos PPPs e, em alguns casos, das ementas, destinados ao público geral nos sites das IES escolhidas dificultou o trabalho de pesquisa. Nesse sentido, considerando o material analisado pelo presente estudo, nos documentos analisados da Instituição 3 não foi encontrada nenhuma palavra-chave indireta e direta, uma vez que em seu PPP não há disponibilização das ementas das disciplinas. Em relação à Instituição 6 (particular), por sua vez, que disponibiliza apenas a grade horária do curso de Psicologia, foram encontradas apenas duas palavras-chave, sendo uma indireta e outra direta. Tal circunstância restringe a coleta de dados e, conseqüentemente, dificulta a análise, uma vez que somente o nome da disciplina não necessariamente explicita as temáticas abordadas na mesma.

Uma das palavras-chave que mais apareceu foi Direitos Humanos, presente em disciplinas ministradas pelas Instituições 1, 5 e 6. De modo geral, é associada à disciplina que aborda os princípios éticos que fundamentam a prática da Psicologia, bem como à atuação da Psicologia no campo das Políticas Públicas na garantia dos Direitos Humanos. Tais disciplinas configuram-se como obrigatórias, com exceção da apresentada pela Instituição 6 que se refere aos Direitos Humanos numa proposta de disciplina eletiva. Ainda no que se refere às Instituições 1 e 5, os Direitos Humanos aparecem em interface com a sexualidade e a imposição do padrão heteronormativo e sua relação com a prática de violências em duas disciplinas eletivas, e com a Psicologia Jurídica em uma disciplina obrigatória. Segundo o *Código de Ética Profissional do Psicólogo* e seus princípios fundamentais,

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CFP, 2005, p. 7)

Portanto, a defesa e garantia de Direitos Humanos deve se dar independentemente do contexto em que a(o) Psicóloga(o) esteja presente. Seja na área clínica, escolar, organizacional e do trabalho, jurídica, assistência social e/ou da saúde, explicita-se a importância da abordagem da temática e sua transversalidade, considerando que uma atuação comprometida com a eliminação de quaisquer formas de violência, discriminação e opressão está necessariamente comprometida com as questões que dizem respeito às relações raciais.

Quanto à palavra-chave diversidade, ela aparece em interface com diferentes temáticas, sendo elas: compreensão dos processos de subjetivação e diversidade da clínica contemporânea a partir da clínica psicanalítica, diversidade no próprio campo da Psicologia e no mundo do trabalho, diversidade dos fenômenos religiosos e diversidade do campo de atuação da Psicologia Institucional. Dentre todas as disciplinas que abordam as temáticas aqui referidas sinteticamente, a única que faz menção às relações étnico-raciais é a disciplina que discute sobre o mundo do trabalho. Contudo, vale destacar que consiste em uma disciplina optativa em que a centralidade da temática não diz respeito às relações raciais.

Em relação à palavra-chave exclusão, cuja frequência de menção é a mesma da palavra Direitos Humanos, ela aparece nos documentos analisados das Instituições 1 e 2. Em ambas, a exclusão refere-se ao mundo do trabalho, sendo que a disciplina da Instituição 2 é aquela já referida no parágrafo anterior. A disciplina da Instituição 5, por sua vez, apresenta seis menções à palavra exclusão que se relacionam com as seguintes discussões: Sociologia e a compreensão dos fenômenos sociais; fundamentos teóricos da Psicologia Social e estudo dos fenômenos sociais; compreensão das contribuições da Psicologia para as pessoas com deficiência e para esse campo das políticas públicas a partir de reflexões sobre as políticas de inclusão e dos processos de exclusão; Psicologia Comunitária enquanto uma fundamentação para o desenvolvimento de uma atuação crítica que reconheça as situações de exclusão social; processos de exclusão presentes na escola que perpassam a Psicologia Escolar. Assim, a palavra-chave exclusão refere-se, de modo geral, ao mundo do trabalho, às pessoas com deficiência e ao campo da educação, salvo a da disciplina da Instituição 5 que considera diferentes formas de exclusão, ainda que não inclua a discussão sobre as relações raciais.

As menções à palavra-chave inclusão dividiram-se entre as Instituições 1, 4 e 5. Referem-se sobretudo ao campo da educação e às pessoas com deficiência, com exceção de duas disciplinas que abordam políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e para a clínica psicanalítica com crianças. Vale ressaltar que somente em duas disciplinas ministradas pela Instituição 5 cujas temáticas voltam-se para o campo da educação e para as pessoas com deficiência as palavras-chave inclusão e exclusão são correlacionadas quando citadas. Nesse sentido, ao considerarmos a complexidade das temáticas e seus possíveis desdobramentos, parece não haver uma análise dialética da relação inclusão e exclusão. Espinha (2017) discorre sobre um aspecto importante no que tange à falta de reconhecimento e reflexão do tema exclusão nos processos de formação, e aponta as consequências da naturalização das diferentes formas de exclusão, bem como sua relação com a homogeneidade dos processos de inclusão.

Novamente, os discursos encontrados sobre exclusão reduzem-na a uma perspectiva mais pragmática e tal compreensão, como já apontei, camufla a complexidade do tema, naturalizando diferentes formas de exclusão, que vão ao encontro da uniformidade dos discursos de inclusão. A consequência mais óbvia disso é a manutenção do status quo e a convivência das futuras profissionais que, por vezes, poderão reproduzir a exclusão em suas práticas. (ESPINHA, 2017, p. 167)

Quanto às palavras-chave preconceito e discriminação, ambas aparecem duas vezes. Discriminação aparece circunscrita a uma abordagem da Psicologia, um conceito a ser estudado a partir da Análise do Comportamento. Preconceito, por sua vez, aparece em uma disciplina ministrada na Instituição 5 já referida no presente estudo a partir da palavra-chave exclusão, e aborda a discussão referente aos fundamentos teóricos da Psicologia Social e ao estudo dos fenômenos sociais e, a partir desta perspectiva, discute fenômenos como a exclusão, o preconceito e a humilhação social. A palavra-chave desigualdade aparece em uma disciplina obrigatória ministrada pela Instituição 1 que discute o corpo, a sexualidade e os gêneros e considera gênero, raça e etnia como aspectos de desigualdade social. Inesperadamente, houve uma única menção à palavra-chave desigualdade, algo que se caracteriza como um achado inesperado, pois majoritariamente a discussão sobre desigualdade social tem mais visibilidade e opera, inclusive, ao circunscrever as desigualdades às diferenças de classe, no sentido de invisibilizar as desigualdades raciais no Brasil. Contudo, há de se considerar que, como apontado anteriormente, o impedimento

de encontrar os documentos disponibilizados virtualmente pelas IES dificultou a análise do presente estudo. Em seus achados, Pereira (2020) acrescenta:

No geral, as instituições analisam [sic] consideram desigualdade enquanto desigualdade social, tendo um enfoque maior na desigualdade de classe. Em nenhuma das ementas, menciona-se diretamente as desigualdades existentes nos espaços de formação em psicologia, tampouco na prática profissional. (PEREIRA, 2020, p. 35)

Considerando a importação de teorias e referenciais do Norte Global que historicamente marcaram, no interior das particularidades da realidade brasileira e latino-americana, a construção do pensamento social e também psicológico, a palavra-chave América Latina foi escolhida com a finalidade de identificar nos currículos outros referenciais e diferentes perspectivas e resgatar narrativas do dito Sul Global, tendo em vista uma análise crítica sobre a realidade brasileira, bem como outros referenciais de sujeito que não o universal. Assim, foram encontradas três menções à palavra-chave em questão, todas relacionadas à Psicologia Social, sendo duas em disciplinas obrigatórias e uma em disciplina optativa. Resgatam o histórico da Psicologia Social na América Latina, seus fundamentos teóricos e epistemológicos e seu caráter crítico para a leitura e compreensão da relação sujeito e sociedade na realidade brasileira e latino-americana. Vale ressaltar que ainda que a palavra-chave conste no nome de uma das disciplinas obrigatórias, não foi possível encontrar mais informações na ementa. Ademais, também se faz necessário destacar a circunscrição da América Latina à Psicologia Social com o intuito de questionar se há a consideração e reconhecimento das particularidades da realidade brasileira na compreensão do sujeito e na produção de conhecimento na Psicologia como um todo. Por último, ainda que as disciplinas cite uma postura crítica frente aos desafios e temas transversais da sociedade e sua relação com os direitos humanos, novamente não há menção direta às relações raciais.

### 3.2 Palavras-chave diretas

**Tabela 2: Menção às palavras-chave diretas ao longo da análise das disciplinas e ementas das Instituições escolhidas**

Palavras-chave diretas	Inst. 1 Estadual	Inst. 2 Estadual	Inst. 3 Federal	Inst. 4 Particular	Inst. 5 Particular	Inst. 6 Particular	Total
Racismo	-	-	-	-	-	-	0
Racial (is)	1	1	0	0	0	0	2
Raça	1	1	0	0	2	0	
Negro (a)	-	-	-	-	-	-	0
Branco (a)	-	-	-	-	-	-	0
Negritude	-	-	-	-	-	-	0
Branquitude	-	-	-	-	-	-	0
Afro	-	-	-	-	-	-	0
Quilombola/quilombo	-	-	-	-	-	-	0
Etnia/étnico	1	1	0	0	2	1	5
Indígena	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	3	4	0	0	4	1	8

A tabela 2 apresenta uma visão geral do que foi coletado em relação às palavras-chave diretas nas grades horárias e ementas das IES consideradas no presente estudo. Nesse caso, as palavras não encontradas foram: racismo, negro (a), branco (a), negritude, branquitude, afro e quilombola/quilombo. Em função de não terem sido localizadas nos documentos, não foram analisadas. Todavia, a ausência delas também fornece subsídios para a discussão sobre a formação em Psicologia. Torna-se imprescindível questionar o modo pelo qual as questões raciais são abordadas na dimensão da formação dos cursos de Psicologia e de que forma isso implica na prática profissional, uma vez que a inexistência destas palavras-chave, de certa forma, indica o não reconhecimento de sujeitos racializados. Na mesma medida em que não há um reconhecimento, a ausência das palavras-chave branco (a) e branquitude indicam a naturalização e a afirmação de um sujeito tido como universal que reforça a ideia do branco como norma.

Das cinco menções à palavra-chave etnia/étnico, quatro também fazem menção à palavra-chave raça, com exceção de uma disciplina da Instituição 6, que propõe em sua grade horária uma disciplina obrigatória que aborda as relações étnico-raciais no Brasil e, por esse motivo, elas serão analisadas conjuntamente. As palavras-chave raça e etnia/étnico apareceram quatro vezes distribuídas entre as Instituições 1, 2 e 5, sendo a Instituição 5 a que compreende duas disciplinas que citam a palavra-chave em questão. A Instituição 1 corresponde a uma disciplina obrigatória já citada no presente estudo, a qual, como apresentado anteriormente, aborda o corpo, a sexualidade e os gêneros e considera gênero, raça e etnia como aspectos de desigualdade social. Em relação à Instituição 2, a disciplina se propõe a discutir as relações étnico-raciais em interface com a Psicologia Social. Por último, no que tange à Instituição 5, a palavra-chave é citada em interface com a Psicologia do Esporte, ao referir atividades que promovam igualdade social e o respeito à diversidade de gênero, raça e etnia, bem como na disciplina de Sociologia, que trata alguns fenômenos sociais, como: família, gênero, trabalho, classes sociais, raça/etnia na interface com a Psicologia.

Quanto à palavra-chave racial (is), cuja menção se dá duas vezes na ementa da Instituição 1 em duas disciplinas obrigatórias, a primeira se propõe a discutir e compreender a formação cultural e social do Brasil, bem como os desafios contemporâneos. Explicita a questão racial dentre aquelas que são elencadas para a análise proposta na ementa. A outra disciplina equivale à mesma disciplina obrigatória supracitada que aborda o corpo, a sexualidade e os gêneros, e considera gênero, raça e etnia como aspectos de desigualdade social.

Considerando a história do Brasil, marcada pela exploração e violação dos povos originários e negros e pela lógica epistemicida que não está somente circunscrita à Psicologia, mas que é foco de análise no presente estudo, a palavra-chave indígena foi acrescentada em função da busca de outras narrativas, ainda que o estudo em questão não tenha se debruçado sobre a história e sobre os relacionados aos povos originários. Nesse sentido, palavras-chave como epistemologias, povos originários, colonização, colonialidade e decolonialidade foram buscadas nos documentos analisados. Contudo, por não terem sido encontradas em nenhum deles, não foram analisadas. No que tange à palavra-chave indígena, ela é mencionada em uma disciplina optativa que se propõe a introduzir a Psicologia indígena e as especificidades de seus fundamentos histórico-filosóficos.

Os dados apresentados corroboram com alguns dos achados que explicitam a lacuna na formação em Psicologia no que diz respeito às relações raciais. Ainda que o presente estudo tenha se voltado para a análise das grades horárias e ementas de seis cursos de universidades do Estado de São Paulo, outros estudos aqui citados realizados em São Paulo ou em outras regiões do Brasil indicam tal lacuna enquanto um aspecto estrutural e não pontual (BARCELLOS, 2016; ESPINHA, 2017; KHOURI, 2019; PEREIRA, 2020). Ademais, outros estudos também indicam, para além da lacuna na formação em Psicologia, a percepção de psicólogas(os) sobre sua formação e, nesse sentido, explicitam os efeitos e desdobramentos da predominância de referências eurocêntricas, invisibilização das questões raciais e naturalização de um sujeito universal na prática de profissionais. De modo geral, os estudos apontam que o debate ocorre, como explicitado pelas pesquisas documentais, de forma inconsistente e superficial e muitas vezes a aproximação da temática se dá por um interesse individual ou a partir da iniciativa de professores que têm maior proximidade e sensibilidade para com a temática das relações raciais (CASTELAR, KHOURI, 2016; SANTANA, DALTRO, CASTELAR, 2018; DAMASCENO, 2018; KHOURI, 2019; SANTOS, SCHUCMAN, 2015).

Em suma, a partir dos documentos analisados, constata-se que a discussão referente à temática das relações raciais ainda está presente de forma inconsistente e insuficiente na formação em Psicologia. Quando há menções ao tema, raramente é possível identificar um possível aprofundamento, isto é, de modo geral a temática é circunscrita a disciplinas que abordam o estudo e compreensão dos fenômenos sociais e culturais, com destaque para a Sociologia e Psicologia Social. Depreende-se deste aspecto a invisibilização da questão racial para a Psicologia enquanto ciência e profissão nos currículos de graduação. A partir das palavras-chave diretas encontradas, das sete disciplinas que se referem às palavras, três delas se referem à Sociologia e à Psicologia Social. Sendo que, salvo uma disciplina obrigatória que se propõe a discutir relações étnico-raciais no Brasil, a disciplina que se propõe a discutir a Psicologia Social na compreensão das relações étnico-raciais é optativa, assim como a disciplina que se propõe a discutir a Psicologia indígena. Por fim, as disciplinas da Psicologia em interface com a sexualidade e com o esporte pretendem discutir diversos outros temas, algo que se configura como um impasse para o aprofundamento da temática das relações raciais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou tecer reflexões sobre o âmbito da formação em Psicologia e seus desdobramentos na prática profissional no que se refere à inclusão da temática das relações raciais nas estruturas curriculares de seis cursos de graduação em Psicologia de universidades do Estado de São Paulo. Não pretendeu esgotar o debate em questão, pelo contrário, considerando os trabalhos produzidos até o presente momento, bem como a limitada atenção da categoria de psicólogos(os) como um todo acerca da temática aqui discutida (SCHUCMAN; MARTINS, 2017), pretendeu-se uma ampliação das reflexões. Buscou compreender a formação em Psicologia na interface com o tema das relações raciais a partir de uma análise documental que teve como fonte de dados as grades curriculares e ementas de seis cursos de Psicologia de universidades públicas e privadas do Estado de São Paulo. Teve como foco, nesse caso, as implicações da branquitude para a prática da Psicologia, partindo do pressuposto de que a lógica colonial se reconfigura na atualidade e se expressa de diferentes maneiras, inclusive através do epistemicídio e da invisibilização da categoria raça nos serviços de saúde.

Tendo como pressuposto teórico metodológico a Psicologia Sócio-Histórica, a qual pretende-se uma perspectiva crítica e compreende os aspectos sociais do processo de construção do fenômeno psicológico (BOCK, 2001), partiu do pressuposto de que é necessário considerar os processos históricos do fenômeno em questão e a dialética objetividade-subjetividade na intenção de desnaturalizá-lo. A produção da ideologia da supremacia racial branca que opera na manutenção da desigualdade racial é produto coletivo em que há participação de sujeitos e presença de subjetividades. Nesse sentido, desvelar as contradições das relações raciais requer um reconhecimento do branco enquanto sujeito ativo na histórica produção e perpetuação do racismo e a superação de uma suposta neutralidade da Psicologia, bem como questionamentos sobre o papel da branquitude nas desigualdades raciais e, no caso do presente estudo, as implicações de uma formação que oculta referências não brancas e a temática das relações raciais. Portanto, considerando o âmbito da formação, parte-se da compreensão de que é necessário pensar a epistemologia eurocêntrica que sustenta a formação e a prática profissional da Psicologia e racializar as discussões para deslocar o olhar da branquitude enquanto ideia racial normativa.

Como explicitado ao longo do trabalho, a graduação apresenta-se enquanto um espaço privilegiado para a sensibilização da discussão sobre a temática das relações raciais e, apesar da tradição e dos avanços das contribuições da Psicologia para a temática em questão, a revisão da literatura científica evidencia as limitações de tais contribuições, tanto para o ensino quanto para a pesquisa (DAMASCENO, ZANELLO, 2018; SACCO, DE PAULA COUTO, KOLLER, 2016; SANTOS, SCHUCMAN, 2015). Nesse sentido, considerando as dimensões da formação e atuação de psicólogas(os), constata-se uma lacuna na formação acadêmica que repercute na prática. O debate das relações raciais nos cursos de graduação ainda parece ocorrer de modo insuficiente, fragmentado e superficial.

O presente estudo corrobora com os acúmulos produzidos até o presente momento, e versa, para além da constatação da ausência, ocultamento, silenciamento e apagamento da temática das relações raciais, sobre como vem se dando a discussão sobre a temática em questão. De modo geral, as questões raciais não são abordadas nas grades curriculares ou são circunscritas a disciplinas eletivas que discutem questões sociais e culturais ou a iniciativas de profissionais/estudantes que mostram sensibilidade e interesse pela temática em questão. Sobre os referenciais utilizados, constata-se o apagamento de referências não brancas, bem como a naturalização de pressupostos epistemológicos que partem de uma noção universalizante e que reforçam a ideia do branco como norma. Cabe destacar que o estudo abordou um recorte do aspecto da formação formal através das grades curriculares e ementas, mas este espaço não se caracteriza enquanto único espaço possível de produção de conhecimento, haja vista o relato de experiência de uma psicóloga que não teve contato com pesquisadores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza e Virgínia Bicudo no decorrer da graduação, mas apenas em outros espaços que partiram de iniciativas organizadas pelo movimento negro (BERNARDO, 2021).

Diante do processo de revisão das Diretrizes Curriculares iniciado em 2018 por iniciativa do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenado pela Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), foi elaborada uma minuta aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 4/12/2019 que aguarda homologação pelo Ministério da Educação (MEC). Cabe destacar tal aspecto, uma vez que o texto em questão apresenta avanços no que diz respeito a uma compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos e políticos, e comprometida com os Direitos Humanos, com

a diversidade e a promoção de direitos, de modo que faz menção explícita às questões étnico-raciais. Ademais, em relação à revisão da literatura, um aspecto que também cabe ser destacado é a importância das políticas afirmativas, tendo em vista que as políticas de ampliação de acesso ao ensino superior, tal como a política de cotas raciais, além de terem fomentado a discussão sobre a temática das relações raciais, são fundamentais frente à histórica desigualdade (CASTELAR, KHOURI, 2016; KHOURI, 2019; SANTOS, SCHUCMAN, 2015) e, ao promoverem a inclusão racial, permitem o deslocamento da produção de conhecimento para outras narrativas além das produzidas pela branquitude na universidade.

Como indicam Oliveira e Lima (2017, p. 153), “Inegavelmente, fazer e discutir currículo na academia mundial são circunstâncias [sic] de disputa de poder.” Assim, ao tomar o currículo enquanto um resultado de processos históricos que expressam teorias, visões de homem e mundo, toma-se, inclusive, o currículo enquanto um campo de disputas e tensionamentos, de modo que reverbera a possibilidade de transformação e construção de novos currículos que incorporem sistemática e transversalmente autores não brancos e o tema das relações raciais e, nesse sentido, saberes que não se pretendem neutros e universais. Considerando o exposto e a busca da ampliação das reflexões do debate em questão, talvez seja interessante debruçar-se sobre experiências exitosas de espaços de formação que abordem a temática das relações raciais e outros referenciais, a fim de subsidiar possíveis construções que preencham tal lacuna.

Por fim, o presente estudo ao corroborar com os achados que indicam lacunas na formação em psicologia no que diz respeito às relações raciais e seus desdobramentos na prática profissional, sugere a necessidade da temática em questão ser amplamente inserida na formação das(os) psicólogas(os).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda; LIEBESNY, Brônia; MARCHESAN, Eduardo; SANCHEZ, Sandra. Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 2, p. 54-72.

ARRAES, Jarid. **Meu psicólogo disse que racismo não existe**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. **Formação em Psicologia e a Educação das Relações Raciais: Um Estudo sobre os Currículos de Graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana**. 2016. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray et al. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. cap. 2, p. 25-58.

BERNARDO, Nairim. **Após trauma na terapia, negros buscam psicólogos da mesma cor**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/10/09/apos-trauma-na-terapia-negros-buscam-psicologos-da-mesma-cor.htm>>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CP Resolução Nº1, de 17 de junho de 2004**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 02 de mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 de fev. 2021.

BOCK, Ana Mercês B. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 1, p. 15-35.

BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 4, p. 116-155.

BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. A importância da ruptura epistemológica - Nosso caminho com Silvia Lane. In: SAWAIA, Bader B.; PURIN, Gláucia Tais. **Silvia Lane: uma obra em movimento**. São Paulo: EDUC, 2018. p. 135-158.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. **Portal Geledés**, [S. l.], p. 1-2, 4 set. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray et al. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. cap. 1, p. 13-24.

CASTELAR, Marilda; SANTOS, Carolina Conceição de Oliveira. Relações Raciais no Ensino de Psicologia: Uma experiência de sensibilização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 1, n. 1, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/os-direitos-humanos-na-prtica-profissional-dos-psicologos/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. 2017. Disponível em: <[http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes_raciais_baixa.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2021.

DAMASCENO, Marizete Gouveia. Psicoterapeutas Brancos(as) em Atendimento a Pessoas Negras: deficiência de formação, invisibilização do racismo. In: DAMASCENO, Marizete Gouveia. **Onde se Esconde o Racismo na Psicologia Clínica? A Experiência da População Negra na Invisibilidade do Binômio Racismo e Saúde Mental**. 2018. 116f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.

ESPINHA, Tatiana Gomez. **A Temática Racial na Formação em Psicologia A Partir da Análise de Projetos Político-Pedagógicos: Silêncio e Ocultação**. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GONÇALVES, Bruno Simões. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 397-413, 2016.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo, 2010.

KHOURI, Jamille Georges Reis. **Formando Psicólogos/os para as Relações Raciais: Avanços e Contradições nos Cursos de Psicologia da Bahia**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

KHOURI, Jamille Georges Reis; CASTELAR, Marilda. Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-62, ago./dez. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v7n2/v7n2a05.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

LHULLIER, Louise Amaral (Ed.). **Quem é a psicóloga brasileira?** - Mulher, Psicologia e trabalho. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, 2013. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem\\_e\\_a\\_Psicologa\\_brasileira.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira; COLOSSO, Marina. Relações Étnico-Raciais e Psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 15, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n3/09.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

MEIRELES, Jacqueline et al. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n3/09.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 152p.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, Iray et al. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 9-11.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana; DA CRUZ, Lilian Rodrigues. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 141-152, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LZ8hqxvtQcpgBPdmVkrYJfd/?lang=pt>>. Acesso em: 15 set. 2020.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; LIMA, Joice Naiane Santos. Saúde Mental e Relações Étnicas: formação do psicólogo para o SUS e o SUAS, colonização e currículo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB**, Jequié, v. 2, n. 4, p. 145-165, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2372/2265>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ORTEGAL, Leonardo. Relações Raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zxQfQVHgVLVdr8ZMvQRHMkz/?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 196-209, jan./jun. 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/337520650\\_O\\_curriculo\\_frente\\_a\\_insurgencia\\_decolonial\\_constituindo\\_outros\\_lugares\\_de\\_fala](https://www.researchgate.net/publication/337520650_O_curriculo_frente_a_insurgencia_decolonial_constituindo_outros_lugares_de_fala)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEREIRA, Jayne Ornelas. **O Racismo Epistemológico na Psicologia**. 2020. 54 p. Iniciação Científica (Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

RANKING UNIVERSITÁRIO DA FOLHA. **RUF 2019**. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/psicologia/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia H. Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, mar. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n1/v24n1a12.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTANA, Hellen Maciel; DALTRO, Mônica Ramos; CASTELAR, Marilda. Relatos de Psicólogas sobre a sua Formação no Âmbito das Relações Raciais. **Revista Psicologia & Saberes**, Maceió, v. 7, n. 9, 2018. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/813>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo (as). **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v6n2/07.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.spe, p.166-175, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMQTLt5wYg/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/130694/127085>>. Acesso em: 22 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma História de 'Diferenças e Desigualdades': as doutrinas raciais do século XIX. In: SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 57-86.